



Roteiros

1. Boletim Informativo do Instituto Dom João de Castro

EDITORIAL

A escolha da figura de D. João de Castro como patrono do Instituto que toma a seu cargo a definição, defesa e divulgação dos valores que dão carácter à personalidade háptica do povo português, incluindo os padrões cristãos e a dinamização destes para os nossos tempos, tem razões profundas.

Em primeiro lugar o facto de ele representar o modelo do servidor da grei que tem o bem comum acima de qualquer interesse pessoal, um exemplo que raramente se encontra reproduzido na vida contemporânea do Estado. Quando, por toda recompensa dos serviços prestados na Índia, pede um castanhal confinante com a sua quinta de Sintra, que por lá está abandonado, ainda assim mostra que o patriotismo é o seu valor primeiro, porque do amor à terra é que esta virtude nasceu.

Dotado de um carisma que se revelou não apenas na chefia da guerra, mas também na sociedade civil quando ofereceu empenhar alguns pêlos da barba — «honrado penhor» — para obter recursos financeiros que lhe permitiriam reconstruir Diu, nunca o usou para aumentar o poder pessoal, mas apenas para servir melhor, com os recursos próprios, os interesses do Estado. E para os servir numa fortaleza em cujos alicerces estava já misturado o sangue do filho D. Fernando, morto heroicamente durante a defesa contra o cerco que o pai não pôde socorrer a tempo, sem que a maior dor humana quebrasse a vontade e sentido do dever do Vice-Rei, que morreu pobre, tudo gasto no serviço da grei, carregado de dores e de consciência em paz, em 6 de Junho de 1548.

ADRIANO MOREIRA

Ao mesmo tempo, homem de ciência cujo valor documenta nos três Roteiros que ficaram célebres, assim também demonstrou que o aventurismo não faz parte do perfil do Estadista, cuja capacidade de assumir riscos assenta no estudo, no conhecimento da realidade, e na virtude da prudência.

Católico de fé, condicionou a acção pela ética que a transcende, e assim o poder que exerceu não sofreu do vício da degenerescência que havia de caracterizar a decadência do Império. E que está visível na época ambígua que atravessamos, necessitada de reencontrar raízes vivas no património histórico e cultural nacional, que possam de novo desenvolver-se em termos de reconstruir, para os novos tempos, uma sociedade e um Estado ao qual tenhamos por dever, alegremente cumprido, o de oferecer o «honrado penhor» que esteja ao dispôr de cada cidadão.

A Academia Internacional da Cultura Portuguesa decidiu bem, na década conturbada de sessenta, começar a sua actividade com a publicação completa das Obras de D. João de Castro.

Quando se perdeu definitivamente Goa, salvaram-se uma pedra do aeroporto bombardeado que veio cravada na fuselagem do último avião português que dali partiu, e os retratos de Afonso de Albuquerque e D. João de Castro, retirados da Galeria dos Governadores e Vice-Rei. Símbolos do melhor que pode salvar-se da derrocada de um mundo: o amor à terra que é mãe do patriotismo, e o amor à Pátria encarnado naqueles que se vão da lei da morte libertando. □

DEFINIR UM NOVO RUMO

ANTÓNIO MARIA M. PINHEIRO TORRES

Por muitos tem sido sustentado e repetido que esta última década é crucial, porque decisiva para os destinos dos Portugueses. Isto em virtude de correr perigo a independência de uma velha Nação.

Inesperadamente, depois da entrega de vastos espaços ultramarinos, que marcaram a nossa vocação atlântica, impuseram-nos, em troca, a integração europeia. E sem qualquer planeamento ou mentalização, do atlantismo passamos aos grandes espaços europeus.

Com a gesta dos Descobrimentos demos a conhecer o Globo, com a irradiação da nossa cultura, civilizámos outros povos, no contacto por demais continentes educámos outras gentes e aí permanece o nosso património cultural e a nossa tradição de Nação pluricontinental e plurirracial.

Parece termos esquecido todos estes feitos que marcaram o nosso carácter e, lentamente, passámos a ser invadidos ou influenciados por culturas que nos são alheias, por economias dos mais fortes que nos oprimem ou por políticas que nos subalternizam.

E não se trata de saudosismo. É que é justamente daqui que deriva o problema da individualidade ou da identidade nacional, ou se se quiser da nossa sobrevivência como Nação Livre.

E o mais sério é que a generalidade das pessoas e as novas gerações acham-se confusas, perplexas, sem determinação de rumo; e daí por vezes assistirmos à prevalência dos valores materiais sobre os espirituais, à hegemonia do económico sobre o político, à troca do espírito pelo que é passageiro e efémero.

Através dos tempos as Pátrias constituem sempre o resultado de vitórias e derrotas, de infortúnios e glórias. Uma Pátria não se improvisa, constrói-se por força de séculos e através de gerações. E convenhamos que o nosso saldo é bem positivo! Podemos orgulhar-nos dele!

Patriotismo e Materialismo são posições antagónicas. O Patriotismo exige combatividade e superação e não pode ser destruído por partidos, grupos, facções ou ideologias. Os valores nacionais têm de ser ensinados e praticados para que o povo conte com uma referência obrigatória no seu quotidiano.

Ora é para isso que nasceu o Instituto D. João de Castro. Trata-se de uma instituição fundamentalmente cultural, também política sem enfeudamento algum a partidos, e cristã sem dependência hierárquica da Igreja. Os seus polos de interesse são por isso variados mas coerentes.

Assim, perfila-se como uma associação cultural autónoma, que se propõe analisar temas relativos à paz, ao desenvolvimento e a problemas sócio-culturais dos Portugueses, tendo como pontos de referência o nosso passado, a justiça social e o humanismo cristão que se revela desde os primórdios da nacionalidade.

Neste momento de integração na CEE torna-se imperioso reflectir sobre as coordenadas que definem o «Ser Portugueses», sobre a nossa posição no mundo, sobre a riqueza do nosso património cultural disperso pelos Cinco Continentes, sobre o idioma que marcou a presença portuguesa nesses espaços durante séculos.

«O Instituto D. João de Castro, aceita como um dos seus grandes objectivos conhecer o que somos, como somos, e ajudar a projectar no futuro o Portugal que fomos, o que somos e o que queremos ser.»

Para estes grandes objectivos escolheu para seu patrono uma das figuras carismáticas da nossa história — D. João de Castro, que o Prof. Adriano Moreira com o seu talento enaltece noutra local.

Serve este boletim para divulgar os estudos e propostas da instituição e dar a conhecer a série de realizações que se vão empreendendo. É uma publicação informativa e, dentro do possível, formativa. □

INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO

boletim informativo trimestral

● **Direcção**

António Maria M. Pinheiro Torres
(Secretário-geral do IDJC)

● **Redacção**

Sede do Instituto
R. da Madalena, 225 - 3.º Dto.
1100 LISBOA
Telef. 86 01 25

● **Propriedade**

Instituto Dom João de Castro

● **Difusão**

Pedidos à Redacção

Comp. e imp. na Minigráfica - Coop. de Artes Gráficas, CRL
Rua da Alegria, 30 — Telef. 36 47 20 — 1200 LISBOA

DEP. LEGAL N.º 18 702/87

AS ACTIVIDADES DO INSTITUTO

Fundado em Julho de 1986, o Instituto desenvolveu até Outubro de 1987 cinco Colóquios sobre temas fundamentais, contando com a colaboração de investigadores, especialistas e intelectuais qualificados.



UMA POLITICA PARA A PAZ MUNDIAL

Foi tema do Colóquio realizado em 18 de Outubro de 1986, no Palácio Valenças, em Sintra. Intervieram como oradores convidados o Comandante Virgílio Carvalho, Professor Mota Campos, Eng.º Miguel Anacoreta Correia, Embaixador Mendes da Luz, Doutor César de Oliveira, Doutor Joaquim de Carvalho, General Pedro Cardoso, Dr. Jaime Nogueira Pinto e Professor Adriano Moreira.

As conclusões e principais comunicações deste Colóquio sobre a Política Externa integrará o primeiro Caderno do Instituto.



A PERSPECTIVA SOCIAL CRISTÁ DA EMPRESA E DO TRABALHO

Foi o tema do segundo colóquio, realizado a 13 de Dezembro de 1986, no Palácio da Bolsa, no Porto. Colaboraram o Doutor Raimundo de Castro Meireles, dr. Miguel Teixeira e Melo, Doutor Bernardo da Gama Lobo Xavier, Doutor José Pedro da Cruz Barosa, Professor Eng.º José Carvalho Cardoso, Doutor Paulo Oliveira Ascensão e ainda o Professor Adriano Moreira.



CUMPRIR PORTUGAL

Lema profundo e vasto que orientou o colóquio de Lisboa, que decorreu no Colégio Universitário Pio XII. Neste encontro reuniram-se os intelectuais mais representativos do pensamento português nacionalista, tradicional, e social-cristão. Apresentaram comunicações o Professor Almerindo Lessa, dr. António Quadros, dr. Luís Forjaz Trigueiros, dr. António Marques Bessa, dr. Agostinho da Silva, Jesué Pinharanda Gomes, dr. Henrique Barrilero Ruas, dr. João Bigotte Chorão, Mestre Luís Lima de Freitas e Professor Adriano Moreira.

BALANÇA DA ADESÃO PORTUGUESA AS COMUNIDADES

Foi colóquio realizado em 2 de Maio de 1987, no Centro Apostólico do Sameiro, em Braga. Participaram nomes ligados aos problemas económicos e jurídicos, destacando-se as comunicações dos drs. José Adelino Maltez, José Luís Nogueira de Brito, do Prof. Eng.º José de Carvalho Cardoso, do Doutor Pereira Borges e do Doutor Mota Campos. A comunicação de encerramento esteve a cargo, como habitualmente, do Professor Adriano Moreira.



O PENSAMENTO POLÍTICO CRISTÃO NO SÉCULO XX

Tema do último Colóquio que se realizou no Forum Picoas, em Lisboa, nos dias 11 e 12 de Outubro, com intensa participação e reconhecido interesse. Entre os convidados nacionais apresentaram as suas comunicações os Doutores Mário Bigotte Chorão, Freitas Rodrigues, os drs. Henrique Barrilero Ruas, Jesué Pinharanda Gomes, o Professor João Pereira Neto, o dr. Manuel Monteiro, dr. Miguel Júdice, Eng.º António Guterres e o dr. Manuel Clemente. Os convidados estrangeiros foram Juan Isidro Palacios, director da revista cultural *Punto y Coma*, de Madrid, e o dr. Cornelli, professor de jornalismo da Universidade de Milão.



PARTICIPAÇÃO

Deve-se salientar que todos os colóquios foram muito participados, revelando o interesse dos convidados por estes temas e o balanço é amplamente positivo. O Rev. Doutor Joaquim António de Aguiar, Presidente da Direcção abriu e moderou todos os Colóquios.



FUTUROS COLÓQUIOS

Prevê-se realizar um colóquio em Bragança e outros em Évora, Coimbra e Lisboa sobre temas de interesse para as regiões. Todos os interessados podem contactar os serviços do Instituto, na Rua da Madalena, n.º 225, 3.º Dt.º, 1100 Lisboa.

Num momento de crise de identidade, de dúvida sobre a viabilidade de Portugal, é extremamente oportuno ter noções correctas e positivas sobre o país em que nascemos e a herança que trazemos em todo o nosso ser.

Ora, uma das primeiras verificações que se impõem à inteligência é de natureza histórica e ajuda-nos extraordinariamente a entender o momento e as potencialidades do «hoje» que nos acontece estar agora a escrever com a nossa própria vida. Portugal é um país feito com sacrifícios inauditos: guerras e dores pontuaram o seu nascimento e enquadram a sua preservação até a esta aurora do século XXI. Foi um país que se defendeu com armas na mão diversas vezes, que se serviu habilmente da sua política externa desde o tempo do primeiro monarca e hoje devemos estar preparados para compreender que ter países independentes tem um custo. A liberdade nacional, a soberania, a possibilidade de decidirmos o nosso destino, entre nós, é por isso um valor a acautelar.

PORTUGAL É COOPERAÇÃO

Portugal é um país que nasce da colaboração dos grupos, dos estamentos e das classes, umas com as outras, para finalidades comuns e orgânicas. Os grandes empreendimentos do país foram levados a cabo por toda a sociedade, pela nobreza e pelo povo, pelos proprietários e camponeses, pelos almirantes, pescadores e marinheiros. Independência, Descobrimientos, Restauração, Estado de Obras, são amplos movimentos que exigem a superação dos egoísmos dos grupos sociais e uma elite esclarecida e mobilizadora, capaz de definir uma estratégia nacional e suscitar, a seguir, uma vontade nacional para a sustentar. *Portugal é uma trajectória de colaboração, uma história da complementaridade de capacidades.* E isso não se vê apenas em Aljubarrota, mas também se pôde observar em África, Ásia e América, onde raças diversas enriqueceram esta mentalidade e lhe deram a oportunidade de provar que ninguém sobrava ou era excluído.

Hoje não podemos deixar instalar no seio da nossa sociedade esse motor de guerra perene que se chama luta de classes, que apenas abre passo, por entre uma sociedade delapidada e saqueada dos seus bens essenciais, a uma elite estrangeira no pensar, no agir e até no sentir.

Na sustentação do país, na matriz valorativa da sua cultura, encontra-se a religião católica, o compromisso com a Cristandade, cuja doutrina e espiritualidade acompanhou o melhor do nosso esforço. A dimensão espiritual cristã faz parte das nossas raízes, da nossa mundovisão, e longe de travar o génio português, deu-lhe asas para voar e justificou até — pelo tratamento do milagre de Ourique, pelo trabalho dos Cruzios em Coimbra, dos Alcobacenses e tantos outros — a existência de Portugal no plano transcendente. Os mitos fundacionais, a missão original, o braço e as bandeiras, ligam-se por cima do tempo e do espaço a uma dimensão eterna de que jorrou, nos momentos mais perigosos, a bebida exacta que faltava para levantar a juva ou intentar o impossível. O correcto entendimento da aventura portuguesa, do cruzadismo português, do sebastianismo, não tem outras origens.

A materialização dos quadros da vida e até a crescente laicização da Igreja, transformada não raras vezes

SER PORTUGUÊS

ANTÓNIO

em escola sociológica, rouba à nossa cultura uma dimensão essencial. Ser português, hoje, é recuperar, com coragem, essa dimensão e voltar a conquistar a distância, o azul de que nos falou o poeta Mário Sá Carneiro.

LINGUA E CONSCIÊNCIA

Temos a felicidade de ter uma língua nacional, que já no antigo falar galaico-português era expressiva e permitiu arroubos líricos de que há abundante testemunho. Face ao falar castelhano, que progressivamente se autonomizava com rudes sonoridades da matriz latina, o português formou-se pelo contributo de outras sensibilidades suaves, atentas ao correr dos rios e à vida lenta das comunidades agro-pastoris. A língua tornou-se uma marca que ajuda a sustentar a comunidade nacional e que a caracterizou desde os tempos mais remotos da Monarquia.

No nosso tempo, ser português é compreender essa magnífica realidade e, compreendê-la, é combater pela preservação dessa herança.

Marx, nos seus estudos sobre a luta de classes, seguiu sempre o critério da *consciência de classe* como factor decisivo para a classe se assumir como tal. Esta noção, que tem uma dimensão histórica e psicológica, cria-se no combate e na solidariedade. Uma das conclusões a que queria chegar é justamente esta: parece ser necessário, hoje em dia, consciencializar os portugueses do que significa ser português. Tal como as classes proletárias adormecidas no imaginário marxista, os portugueses desconhe-



O Instituto Dom João de Castro te Colóquio no Forum Picoas, que reu

UÊS, HOJE

UES BESSA

com-se nas suas raízes, nas suas capacidades, nas suas finalidades, no seu devir. A História é uma grande educadora, como salientava o nosso cronista João de Barros e Camões provou, exemplarmente, até aos dias de hoje, com *Os Lusíadas*.

Consciencializar é criar uma tensão para o futuro, para as oportunidades deste velho povo, que conta com amigos e com inimigos. Consciencializar é garantirmo-nos contra o apagamento do fim.

A Nação, num sentido não tão romântico como se poderia pensar superiormente, é um plebiscito diário, é uma demonstração da vontade de viver juntamente. Barrès, um conservador e tradicionalista, não se cansou de afirmar, para fazer a ligação a outro tempo, que era também a *terra dos mortos* e André Malraux chamou-lhe uma comunidade de sonhos, expressão quiçá de um hábito, mas também da história comum e da esperança em realizar juntos grandes coisas, novamente. Tal vontade, tais sonhos, tal plebiscito, podem ser debilitados pelos ataques externos, pelas tentações internas, pelo desespero de estar a ver tudo caminhar para o pior. Os pequenos países, que outrora fizeram grandes coisas, e que vivem ou se exprimem em áreas disputadas pelos Impérios mundiais, têm muitas vezes de encarar os desafios à sua solidariedade interna e reapreciar, de uma forma corajosa, o valor da vida passada para fortificar a vontade de continuar uma existência independente e característica, à espreita de novas oportunidades. A História não se fecha: passa é sobre a tumba dos povos mortos, que desistiram, que se suicidaram ou se entre-



O Professor Adriano Moreira e o Doutor Agostinho da Silva, dois pensadores que têm aprofundado a dimensão do «ser português».

garam a senhores fortes, que hão-de governar com vara de ferro.

Portugal é um velho senhor que tem respondido sistemática *sim* aos desafios, apesar de não raras vezes atraído pelas suas elites como em 1385, 1640 e 1974. O povo sente o pulsar das gerações e a verdade daquele comentário de Camões, que faz o rei exclamar que mais vale ser rei de tal gente que do mundo senhor. Camões conheceu o valor dos comuns, dos mínimos, e parece que essa capacidade ainda não se esborrou. Sem nenhum intuito de demagogia salientaria que ser português hoje, passa pela fé consciente neste povo que acredita e obtém milagres. A fé nos Hobbits, tão bem retratados por R. Tolkien.

UM TESTEMUNHO IMATERIAL

Finalmente, não se pode passar por alto o favor do Céu. Lembro somente que as duas mais importantes consagrações do Mundo inteiro, feitas por dois Papas gigantes, foram solicitadas em Portugal, e foi por intermédio de «mínimos», de «pequenos invisíveis», como Alexandrina de Balasar, que o Orbe foi entregue solenemente ao Coração de Maria. Foi por pedido de uma nobre germânica, a Irmã Maria do Divino Coração, religiosa do Bom Pastor, que o mundo foi consagrado ao Coração de Jesus. Foi em Fátima, enfim, que se pediu a consagração da Rússia, coisa que veladamente fez o Papa actual. Como não ver aqui um dedo especial da Divindade, na época contemporânea, que toca os mistérios mais fundos do tempo presente? Como não ver aqui ainda uma garantia de continuidade, embora com sofrimento? Como não ver nas peregrinações a pé os restos medievais de uma abertura à Providência, num país de mentalidade anticapitalista, pobre, mas de fundo nobre e aberto ao futuro, que traz certamente novas oportunidades.

Devo dizer, para finalizar, que não creio estar no fim de uma época. Estamos na eminência de uma outra, cheia de riscos, mas também de glória. □



ando os temas portugueses, como no último
sentes destacados do pensamento português.

ESTA

Considerando a diversidade de atitudes e opiniões do mundo católico e cristão perante os problemas de Paz, Segurança e Cooperação Internacional, um grupo comprometido com os valores ocidentais sentiu a necessidade de criar uma organização cuja meta específica fosse tratar sistematicamente desses temas e trabalhar harmoniosamente para a sua solução.

Foi assim decidido constituir uma instituição autónoma com capacidade para integrar e mobilizar as forças intelectuais e os recursos materiais disponíveis, que não poderiam ser integrados no contexto de um partido.

O objectivo dos promotores desta nova Associação é, acima de tudo, promover um fórum para a discussão e estudo de temas relativos à Paz, à Segurança e à Cooperação Internacional, primeiro em Portugal, e depois ao nível europeu e internacional.

Os objectivos da Associação não são especificamente políticos, porque correspondem às metas prosseguidas por associações e grupos que pretendem contribuir para a realização da justiça social e do humanismo em todo o mundo. Porém, a acção que visa este projecto é, não só de efeito político, mas também moral, cultural e social, na medida em que se apoia em valores que a suportam.

CAPÍTULO I

(Denominação e Sede)

1. A Associação adopta a denominação de INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO e rege-se-á pelo disposto nos presentes estatutos e nas leis portuguesas aplicáveis.

2. A Associação tem a sua sede provisória na Av. das Forças Armadas, 36, em Lisboa, podendo a Direcção transferi-la para qualquer parte do território nacional.

A Associação durará por tempo indeterminado, contando-se o seu início na data da sua constituição.

OBJECTIVOS

3. A Associação tem os seguintes objectivos principais:

a) *Cultural* — apontando para uma análise científica dos problemas significativos e do desenvolvimento da sociedade internacional bem como o estudo da difusão e reflexo da doutrina cristã nos problemas de paz e cooperação mundiais, em conjunto com os outros pontos de vista éticos e religiosos sobre a matéria;

b) *Político* — aprofundando as condições e conteúdo de um profícuo diálogo dirigido a consolidar os pressupostos de paz e convivência pacífica entre os povos, com particular atenção às relações entre os países de diversas estruturas político-sociais (Este-Oeste) e diferentes grupos de desenvolvimento (Norte-Sul);

c) *Social* — humanitário, prevendo colaborar com iniciativas e organizações empenhadas no melhoramento das condições de vida das populações, quer no aspecto material como no cultural e moral.

Tendo em conta tudo isto, a Associação realiza os seus fins:

a) Através de criação de um *Centro de Documentação*, que recolhe, computivamente com os meios disponíveis, as publicações (revistas, documentos, monografias, etc.) relativas aos problemas de paz e de cooperação;

b) Associando ao *Centro de Documentação* uma *Sala de Consulta*, a que tenham acesso todos quantos, aderindo às actividades da instituição, se proponham desenvolver estudos e investigações sobre os temas abarcados pela documentação;

c) Constituindo grupos de estudo e investigação sobre alguns dos aspectos mais relevantes da temática da Associação, para se chegar à elaboração de teses que possam servir de base de debate à política nacional. Convidar-se-ão para estes grupos especialistas nacionais, que associarão jovens investigadores auxiliares com bolsas da própria Associação. Os resultados das investigações e estudos serão objecto de publicação numa colecção própria de cadernos da Associação;

d) Promovendo anualmente um Encontro Internacional que discuta a alto nível os problemas da paz e da ordem internacional, reunindo por um lado os dirigentes e intelectuais católicos e por outro, as diversas personalidades da comunidade internacional com contribuições relevantes nos três domínios da política, economia e direito;

e) As iniciativas da Associação e as suas actividades nacionais e internacionais serão dadas a conhecer por boletins e relatórios;

f) Divulgando os resultados da sua investigação, através de encontros e debates a nível municipal e distrital, buscando informar e sensibilizar os meios afastados destes problemas;

g) Oferecendo os resultados da sua investigação para discussão e elaboração nos Centros de debate internacional sobre problemas de paz e de cooperação, onde o

TUTOS

debate tenha real significado para a opinião pública mundial e, portanto, para a acção governativa; e ainda onde as negociações internacionais coduzem a efeitos imediatos na ordem de sociedade internacional.

4. São associados os subscritores do acto constitutivo e as pessoas singulares ou colectivas que sob proposta da Direcção, sejam admitidos pelo Conselho de Fundadores, além do já assinalado no texto.

CAPÍTULO II

5. São órgãos da Associação:

a) A Assembleia Geral, constituída pela totalidade dos associados, será dirigida por uma mesa, composta por um presidente e um vice-presidente, eleitos por um período de três anos;

b) O Conselho de Fundadores, formado pelos subscritores do acto constitutivo, e pelos associados a quem o mesmo Conselho decide atribuir tal qualidade;

c) A Direcção, composta por três a cinco associados, que entre si escolherão um presidente, eleito pelo Conselho de Fundadores, por um período de três anos.

6. Compete à Assembleia Geral aprovar as contas da Associação, dar parecer sobre o plano de actividades, e pronunciar-se sobre os restantes assuntos que lhe sejam submetidos pela Direcção ou pelo Conselho de Fundadores.

A Assembleia Geral poderá funcionar, em primeira convocação, desde que se encontrem presentes, ou representados, metade dos associados.

Uma hora depois da hora marcada, a Assembleia Geral pode reunir com qualquer número de associados.

7. O Conselho de Fundadores que de entre si designará um presidente, elegerá a Direcção da Associação, examinará e dará parecer sobre as contas do Instituto, aprovará os planos de actividades e decidirá sobre a admissão e exclusão de associados.

8. O Conselho de Fundadores estabelecerá as contribuições que os associados, prestarão para a prossecução do objectivo social, estabelecerá quaisquer normas internas de funcionamento da Associação e deliberará sobre a extinção da mesma.

A deliberação sobre a extinção da Associação determinar-se-á como será feita a respectiva liquidação e, se o não fizer, tal competirá à Direcção, que decidirá do destino do património que for apurado.

O Conselho de Fundadores só poderá deliberar desde que se encontrem presentes a maioria dos seus membros.

9. Compete à Direcção promover a prossecução do objecto social, representar a Associação da forma mais ampla, inclusivé em juízo, e convocar o Conselho de Fundadores e a Assembleia Geral, o que fará por simples carta registada.

10. Constitui património da Associação todas as contribuições e donativos feitos por associados ou terceiros pessoas e quaisquer outras receitas provenientes de actividades desenvolvidas pela Associação.

11. Até à eleição da mesa da Assembleia Geral e dos membros da Direcção, a Associação será dirigida pelo Conselho de Fundadores.

JOSÉ ADELINO MALTEZ

Nas Encruzilhadas do País Político

UMA PERSPECTIVA DA DIREITA DEMOCRÁTICA



INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO

LESBQA
1987

Os Objectivos do Instituto

Como associação cultural, autónoma, propõe-se o Instituto D. João de Castro promover a discussão de temas relativos à paz, segurança, desenvolvimento e cooperação a nível nacional, dando prioridade aos temas relacionados com os espaços onde a presença portuguesa se fez sentir durante séculos.

O Instituto D. João de Castro considera como objectivo prioritário contribuir com as outras associações similares, e grupos de reflexão, a realização de uma mudança sócio-cultural profunda na sociedade portuguesa, tendo como luz orientadora a justiça social, o humanismo cristão e os valores que identificam o nosso modo de ser e de estar no contexto que vivemos neste momento da nossa integração no grande espaço europeu.

Neste momento torna-se necessário reflectir seriamente quais as coordenadas que definem «o sermos portugueses» e sabê-lo exprimir pelo nosso idioma e cultura no concerto com os outros povos da mesma área cultural.

A riqueza do património cultural europeu está constituída pela diversidade dos patrimónios dos seus diferentes povos.

A acção que visa este projecto é fundamentalmente cultural e social, tendo efeitos imediatos nos campos político e ético ou seja no modo de ordenar e viver a Comunidade nacional.

O Instituto D. João de Castro aceita como um dos seus grandes objectivos conhecer o que somos, como somos, e ajudar a projectar no futuro neste fim milénio, o Portugal que fomos, o que somos e o que queremos ser.

O Instituto procura realizar os seus objectivos nos campos cultural, social e político:

a) Apontando para uma análise científica dos problemas mais significativos e do desenvolvimento da sociedade internacional, bem como o estudo da difusão e reflexo da doutrina social cristã nos problemas da paz e cooperação e desenvolvimento;

b) Prevendo colaborar com iniciativas de outras entidades, públicas e privadas empenhadas no melhoramento das condições interiores do País, quer no aspecto material como nos aspectos cultural e ético, na preservação e divulgação dos valores que definem o modo de ser da nossa Comunidade nacional;

c) Aprofundando as condições e conteúdo de um diálogo dirigido a consolidar os pressupostos da paz e convivência pacífica entre os povos, com particular atenção às relações entre os países de diversas estruturas político-sociais e diferentes grupos de desenvolvimento;

d) O Instituto, tendo em conta a carga histórica que lhe advém por ter escolhido como patrono D. João de Castro, dará especial atenção ao estudo e pesquisa dos problemas inerentes à nossa posição geo-estratégica, aos verdadeiros interesses da Comunidade nacional relacionados com os espaços onde se desenvolveu durante séculos a nossa acção civilizadora seja em África, na Ásia ou no Extremo Oriente e muito particularmente neste momento em Macau e Timor.

O Instituto desenvolverá a sua actividade:

1) Através da criação dum Centro de Documentação que recolha, compativelmente com as suas disponibilidades, publicações relativas aos problemas da paz e de cooperação.

2) No Centro de Documentação será criada uma Secção destinada à recolha de documentação sobre os problemas da paz, nas áreas onde no passado os portugueses exerceram soberania ou administração.

3) Associando ao Centro de Documentação uma Sala de consulta de livre acesso a quem a deseje procurar.

4) Constituir grupos de estudo e de investigação sobre os aspectos mais relevantes da temática do Instituto, convidando grupos nacionais e estrangeiros para a elaboração de teses que possam servir de base para debates públicos.

5) Promover anualmente encontros a nível nacional e internacional onde se discutam os problemas da paz e de ordem internacional, reunindo por um lado, dirigentes e intelectuais católicos e por outro, personalidades de reconhecida competência nos domínios da economia, direito e política.

6) Divulgar os resultados da investigação e pesquisa fazendo chegar aos organismos de decisão. □

UMA POLITICA

PARA A PAZ MUNDIAL

Solicite já à Redacção o primeiro caderno cultural do Instituto, que reúne as comunicações originais do 1.º Colóquio.

Preço por exemplar 300\$00